RESÍDUOS SÓLIDOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

RESOLUÇÃO CONAMA N.º 307/2002

RESOLUÇÃO SMA N.º 41/2002

CETESB - AGENCIA AMBIENTAL DE AMERICANA

HISTÓRICO

- **LEI N.º 997/76**
- **DECRETO N.º 8468/76**
Artigos 2º, 3º, 51 e 52
- **RESOLUÇÃO N. 307, DE 5 DE JULHO DE 2002**
Vigência: 02/ janeiro/2003)
Dispõe sobre procedimentos para o licenciamento ambiental de aterros de resíduos inertes e da construção civil
- **RESOLUÇÃO SMA N. 41, DE 17.10.2002**
Dispõe sobre procedimentos para o licenciamento ambiental de aterros de resíduos inertes e da construção civil no Estado de São Paulo

- **CONAMA N. 307**, de 05 de julho de 2002 (vigência: 02/01/2003).
- 12 (doze) meses, para: municípios elaborarem os Planos e Programas, contemplando geradores de pequenos volumes;
- 18 (dezoito) meses, para implantação dos Planos e Programas, máximo;
- 24 (vinte e quatro) meses, para geradores considerados não pequenos, incluam os Projetos de Gerenciamento de R.C.C. projetos de obras, para licenciamento.
- 18 (dezoito) meses, para cessar disposição em aterros de resíduos domiciliares e “bota foras”;

- **SMA N. 41, de 17 de outubro de 2002
(D.O.E - 18.10.02)**

Aterros existentes, solicitar LF em prazo de 180 dias, a partir de 23/10/02.

- **CONAMA N. 307**

- **Classes dos resíduos da construção civil:**

Classe A – resíduos reutilizáveis ou recicláveis, entulhos em geral, pavimentação, terra, etc..

Classe B – recicláveis para outros destinos (papel, papelão, plásticos, metais, vidros, etc..

Classe C – resíduos de reuso economicamente inviáveis, exemplo: gesso.

Classe D – resíduos perigosos, tipo: tintas, solventes, óleos, etc..

- **Prioridade para não geração, secundariamente outros reusos e destino final;**

- **SMA N. 41**

- Disposição final de resíduos da construção civil classe A (CONAMA 307) e inertes, classe 2B (NBR 10004) está sujeito à licenciamento, participam os órgãos da SMA;
- Manifestação do DEPRN quando em áreas de APP e supressão de vegetação nativa;
- Aterros menores que 100.000 m³ e com recebimento de resíduos menor ou igual a 150 m³ por dia estão dispensados de LP na SMA/DAIA, são licenciados somente na CETESB;
- Ficam condicionados à manifestação da SMA/DAIA quando da localização em:
 - unidades de conservação e áreas limítrofes;
 - áreas e monumento tombados;
 - áreas com cobertura vegetal primária ou secundária em estado médio ou avançado de regeneração;

- Aterros com volume igual ou inferior a 100.000 m³ e recebam mais que 150m³ e menos que 300 m³ por dia, consulta à SMA/DAIA para manifestação quanto LP;
- Aterros com volume superior a 100.000 m³ e recebam mais que 300 m³ por dia dependerão da LP da SMA/DAIA (Resolução n. 42 / 94 – RAP)
- Aterros com área igual ou inferior a 1000 m², volume igual ou inferior a 1000 m³, para regularização de terreno para fins de edificação, estão dispensados de licenciamento, sujeitos a manifestação do DEPRN se em área de APM;
- Aterros em áreas de cavas de mineração, vincular ao PRAD e ao RCA/PCA

- **Planos, Programas e Projetos, conteúdo.**

- **Gerenciamento de resíduos:** é o sistema de gestão que visa reduzir, reutilizar ou reciclar resíduos, incluindo planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos e recursos para desenvolver e implementar as ações necessárias ao cumprimento das etapas previstas em programas e planos.

- **Programa Municipal de Gerenciamento de R.C.C.**

- elaborado, implementado e coordenado pelos municípios, estabelece diretrizes técnicas e procedimentos para pequenos geradores;

PLANO INTEGRADO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL:

- diretrizes técnicas e procedimentos para o Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil e para os Projetos de Gerenciamento de R.C.C. (elaborados pelos grandes geradores)
- cadastramento das áreas públicas e privadas;
- prever procedimento de licenciamento;
- proibição em área não licenciada;
- incentivo à reutilização e reciclagem;
- critérios para o cadastramento de transportadores;
- fiscalização e controle;
- ações educativas;

■ PROJETOS DE GERENCIAMENTO DE R.C.C.

- elaborados e implementados pelos geradores, excluindo os de pequeno porte;
- os empreendimentos e atividades não enquadradas, deverão estar alinhados com o Programa Municipal;
- os Projetos de Gerenciamento de R.C.C. de atividades e empreendimentos sujeitos a licenciamento ambiental, deverá ser analisado no próprio processo e órgão competente;
- Deverão contemplar:
 - caracterização;
 - triagem;
 - acondicionamento;
 - transporte;
 - destinação, de acordo com o estabelecido na norma;

DOCUMENTOS DE APOIO

- Normas de referencia da ABNT:
- **NBR 15112** – Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos – áreas de transbordo e triagem – Diretrizes para projeto, implantação e operação.
- **NBR 15113** – Resíduos sólidos da construção civil e resíduos inertes – Aterros – Diretrizes para projetos, implantação e operação.
- **NBR 15114** – Resíduos sólidos da construção civil - Áreas de reciclagem – Diretrizes para projetos, implantação e operação.

- **PROPOSTA DE TRABALHO**

- **ATERROS DE RESÍDUOS INERTES E DA CONSTRUÇÃO CIVIL**
atendimento às Resoluções CONAMA N.º. 307/02 e SMA N.º41/02

- **Objetivos:**

- Sistematizar e uniformizar as ações de controle de poluição ambiental, no assunto proposto, nos municípios de abrangência da Agencia de Americana (Americana, Hortolândia, Nova Odessa, Santa Barbara D´Oeste e Sumaré), conjuntamente com a CETESB e o DEPRN, otimizando tempo e recursos;
- Realizar trabalho integrado entre os municípios, CETESB e DEPRN, de forma a obter melhores resultados e perenidade das ações;
- Nos municípios, integrar os setores envolvidos de forma a obter o Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos de Construção Civil;

- **Metodologia:**

Planejamento estratégico, com negociação entre os setores sociais envolvidos.

■ 4. Passos:

- Reunião com os Secretários Municipais, que tenham a responsabilidade da limpeza pública, bem como, os Secretários de Meio Ambiente, se houver. Obtendo consenso do alinhamento das ações nos municípios. Iniciando por diagnosticar a situação atual, condições das áreas atuais, identificando locais críticos, quantidade gerada, possíveis locais para implantação de aterros e os atores que podem ser envolvidos no assunto (geradores públicos e privados, educadores ambientais, interessados, etc..).
- Consolidar os conceitos de: Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos de Construção Civil e Projetos de Gerenciamento de Resíduos de Construção Civil;

- Reunião em cada município, com os atores envolvidos, exemplo: caçambeiros, associação de engenheiros, construtoras e outros geradores, inclusive os públicos. Têm como objetivos consolidar e ampliar as teses obtidas nos municípios;

- Reunião com o conjunto dos municípios e seus atores, inclusive os Prefeitos, para: apresentar os cenários atual e possíveis de futuro, consolidar as propostas consensadas, definindo cronograma de ações. Desenvolvendo o esboço dos Planos e Programas Municipais, para sua elaboração em cada município e se possível de forma integrada entre os municípios;

- Dar conhecimento dos Programas e ações previstas à toda sociedade, com ampla divulgação e orientação;
- Distribuição de material educativo, que trate das teses de meio ambiente, dos objetivos da proposta, de prevenção, de reciclagem, de reuso e destino em aterros;
- Implementação das propostas e ação fiscalizadora do conjuntos dos agentes públicos;
- Implantar sistema de controle e acompanhamento da evolução da proposta;

- **Itens a serem lembrados durante o processo**
- criação de pontos de transbordo;
- implantação de pontos de coleta, facilitador, para pequenos transportadores e populares;
- Levantamento das áreas para aplicação direta dos resíduos;
- Legislação municipal;
- Fase 1 – destino à aterros; Fase 2 – recuperação; Fase 3 – tecnologias limpas (P2, reciclagem, etc..)